

Género nos média portugueses: a insustentável leveza da mudança

M. Zara Simões Pinto-Coelho¹

COLABORA — SEMANA DA IGUALDADE, GOVERNO CIVIL DE CASTELO BRANCO, 13 de Março de 2010

1. Problemas da discussão em torno das “mulheres e os média”

A questão que a COLABORA escolheu para tema deste debate, “o papel do jornalismo na reprodução de estereótipos de género e na (des) ocultação das desigualdades”, tem sido uma presença constante nas agendas dos movimentos feministas e das Ciências Sociais e Humanas, desde os finais dos anos 60, inícios dos anos 70. No entanto, esta equação entre mulheres e jornalismo, ou mulheres e média, está longe de estar acabada ou resolvida. Na verdade, o que se fez nestes campos até ao momento revela que estamos perante um problema muito mais complexo do que se imaginava então.

Os estudos tendiam a concentrar-se na publicidade e nas «imagens negativas e distorcidas» das mulheres, vistas como prejudiciais às suas auto-percepções e como limitadoras dos seus papéis sociais. Porquê? Porque remetiam as mulheres para a esfera privada, e as excluía da esfera pública. As clássicas dona de casa, mãe de família, esposa, noiva, por um lado, e a vítima sexual, submissa, dependente do marido e objecto sexual, por outro, são disso um exemplo.

Poderemos evocar a este propósito duas obras clássicas: *A Mística Feminina* de Betty Friedan, onde se faz uma análise de conteúdo das revistas femininas, trabalho que inspirou uma série de estudos motivados pela necessidade de denunciar e mudar estas imagens negativas; e o da Gaye Tuchman (1978), *Hearth and Home*, que ligou a

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, UMINHO. Contacto: zara@ics.uminho.pt

questão do estereótipo com a noção de «aniquilamento simbólico», referindo-se à forma como os média sub-representam as mulheres, ou seja, as excluem do discurso público, trivializam as suas actividades e as condenam.

O caminho para a resolução destes problemas parecia simples e directo: mais mulheres nas organizações mediáticas para eliminar os estereótipos, e os substituir por “imagens mais positivas”.²

Esta abordagem, centrada no aumento da “representatividade” das mulheres (Marshment, 1993), tem-se mostrado extremamente resistente, apesar das duras críticas a que tem sido sujeita desde os anos 80 (*e.g.* van Zoonen, 1994; Thornham, 2007). Persistir nela significa **olhar para realidades novas com grelhas velhas**, em vez de procurar usar **novas grelhas** que há disponíveis para pensar o assunto.

Por exemplo, a ideia de “distorção”. Pressupõe que há uma única realidade feminina, uma essência feminina universal, que distingue as mulheres dos homens. Mas podemos pensar de outro modo: entendendo o género não como algo que se é, mas antes como **aquilo que fazemos, estabelecemos ou realizamos** “no” ou “com” o discurso, ou noutro tipo de prática social (*e.g.* Butler, 1990). Desta concepção de género decorrem duas consequências: admitir a ideia de variação no interior da categoria “mulheres”, uma vez que aquilo que se faz depende do acesso a recursos socialmente válidos, e, como sabemos, esse acesso varia segundo linhas de classe, de idade, de etnia, etc.; e admitir também variação no modo como se pensa que o género influencia a interacção social ou discursiva (*e.g.* Lazar, 2005; van Dijk, 2008). O facto de eu ser mulher não é sempre relevante, nem sempre da mesma maneira nas diversas situações do meu dia à dia. Face a esta diversidade, o argumento que os média oferecem uma visão distorcida das mulheres levanta sérios problemas. Uma visão distorcida de **que** mulheres, poderemos perguntar? A que realidade devem ser fiéis se há tanta diversidade no grupo das mulheres? E mais: o que é significa uma imagem positiva neste contexto?

Podemos aplicar o mesmo tipo de argumento à ideia de que um aumento das mulheres nas redacções resolve o problema. Se o género não é o que somos, mas o que fazemos numa determinada situação, se não há uma relação linear entre sexo e género, o aumento do número de mulheres não pode por si só resolver o problema. Porque não é linear que o facto de ser mulher influencie de forma automática, directa, permanente e

² Para uma revisão mais pormenorizada da evolução desta questão, ver o texto de Maria João Silveirinha intitulado “A Representação das Mulheres nos Média Dos Estereótipos e «Imagens de Mulher» ao «Feminino» no Circuito da Cultura”.

do mesmo modo o trabalho desenvolvido por uma jornalista. Só se ela o considerar ou o vir como relevante. E essa identificação também é condicionada por outros factores de que falarei mais à frente, relacionados com a profissão e a organização.³

Mas então poderíamos dizer: face a tanta diversidade, será ainda pertinente a luta política em prol das mulheres? Parece-me que sim. Apesar da diversidade, na maior parte das situações, as definições tradicionais de género continuam a influenciar as nossas práticas. E são precisamente as diferenças essencialistas entre homens e mulheres, parte integrante das ideologias sexistas, que são usadas como base para discriminar as mulheres.

Neste quadro, o problema das representações estereotipadas não é o de serem mais ou menos verdadeiras, mais ou menos fiéis à realidade, mas o de servirem para justificar, ou legitimar ou naturalizar a desigualdade de género. Ou seja, a sua natureza política. E é o peso histórico e cultural das definições tradicionais de género, responsável pela sua internalização e naturalização, que torna evidente “a ingenuidade”, expressa na exigência do aumento do acesso das mulheres às redacções.

Não estou a desvalorizar a importância que essa reivindicação tem ao nível da igualdade de oportunidades, como poderá parecer. O que quero destacar é precisamente a diferença entre duas situações: ver a realidade e agir sobre ela sob a grelha do género, é algo de que na maior parte das vezes não estamos conscientes; e estar na mesma situação, mas consciente e numa posição crítica face ao género. É essa consciência que distingue uma pessoa feminista de outra que o não é, o que não quer dizer que para ter essa consciência de género é necessário professar algum tipo de feminismo, claro. Mas ajuda. Como diz Grant (1993), *“falar da posição de uma mulher não é o mesmo do que falar a partir da perspectiva política de uma feminista: falar a partir da posição de mulher significa que se conhece a realidade através da grelha de género, enquanto que a partir de uma posição feminista significa ter uma distância crítica relativamente ao género e a si mesmo”*.

Importa portanto realçar o seguinte: embora eu considere que ainda hoje é relevante discutir a questão do género nos média, faço-o a partir de quadros teóricos

³ Os estudos sobre esta questão mostram dados contraditórios. Ver, por exemplo, van Zoonen (2004), sobre a realidade holandesa, onde se discute se as jornalistas têm ou não valores profissionais e condutas diferentes das dos seus colegas. O estudo que fizemos sobre a realidade portuguesa (Pinto-Coelho e Mota Ribeiro, 2010), relativo a um dia na publicação de diários portugueses, aponta para a ideia de que o aumento do número de mulheres jornalistas em secções tradicionalmente consideradas masculinas (desporto, economia, política) pode não implicar um aumento do número de notícias sobre mulheres relacionadas com esses assuntos.

diferentes dos que habitualmente encontramos na burocracia intelectual que marca a agenda dos governos e das organizações em prol desta causa.

2. O problema mudou

Outro ponto que gostaria de destacar é o seguinte: desde que se começou a falar no problema dos estereótipos de género nos média e da sub-representação das mulheres nas redacções, muita coisa mudou. Mudou a sociedade, mudaram os média, mudaram os feminismos, mudaram as relações de género e mudaram os modos como se pensa e como se questiona a relação entre a desigualdade de género e o jornalismo, ou os média em geral.

Há quem diga que vivemos numa era pós-feminista, significando com isso que os problemas estão sanados. Há mesmo quem defenda que é preciso começar a defender os interesses dos homens. Temos também aqueles que persistem em dizer que está tudo na mesma, que o problema se mantém.

Eu diria que o problema se mantém, só que ganhou novas formas, e portanto, o problema é outro, bem diferente do tradicional. E qual é esse problema? Julgo que o problema dos média dominantes é **o de integrarem realidades novas, mas ainda à luz de grelhas do passado**. Um pouco à semelhança do que se passa ao nível oficial no tratamento destas questões.

2.1 As representações estereotipadas continuam, as formas mudaram.

De facto, como mostram os nossos usos quotidianos dos média, a mãe, a esposa, noiva, a dona de casa, a vítima, permanecem, só que acompanhados por imagens novas: a “mulher de sucesso”, representado recentemente por Kathryn Bigelow, “a primeira mulher a ganhar um Óscar para melhor filme”, a “super-mulher”, elegante dona de casa e profissional, geralmente branca da classe média e das sociedades ocidentais; a “mulher pós-feminista”, mais presente nas chamadas revistas femininas, na publicidade, mas também em *talks shows* televisivos, telenovelas e séries, geralmente jovem, bela, urbana, da classe média, e média alta, “sexualmente libertada” e poderosa.

2.2 A desigualdade no acesso aos média mantém-se, mas o problema é outro

Continua a ser válido também o problema da desigualdade de género no acesso às organizações mediáticas e em especial a certas posições e áreas de trabalho no seu interior (*e.g.* Gallagher, 2006). Diversos estudos feitos no contexto nacional,⁴ mostram o seguinte:

- Aumento significativo do número de mulheres nas redacções quando comparado com dados relativos a 1995 (Subtil, 1995). Este aumento pode ser explicado pela crescente feminização das universidades, incluindo dos cursos de Ciências da Comunicação aí leccionados;
- Crescente rejuvenescimento e profissionalização da actividade jornalística;
- Uma progressiva precarização do trabalho jornalístico;
- Enviesamento de género na estruturação sexual das redacções: os que têm mais de 35 anos são sobretudo homens, enquanto que os que se situam entre os 20 e os 35 são predominantemente mulheres. Isto quer dizer que as jornalistas jovens são o grupo mais afectado pela precariedade existente neste tipo de trabalho, e por isso aquelas que poderão ser mais prejudicadas pela desigualdade ainda presente nas hierarquias das redacções.

Nas redacções, como noutros locais de trabalho em Portugal, estamos longe de um equilíbrio no poder. Apesar das mulheres ocuparem vários cargos de chefia, na verdade continua-se a preferir a voz masculina para representar na arena pública a direcção editorial das organizações jornalísticas. Uma excepção recente a esta regra é o Público, como todos sabemos. Mas uma excepção que confirma a regra. No estudo que fizemos em 2005 verificamos também que sectores ou áreas de trabalho jornalísticos consideradas tradicionalmente masculinas, como sejam a política, a economia, os negócios e o desporto, deixaram de o ser. Também aí o aumento crescente da participação das mulheres jornalistas é notório.

Se é verdade que estas mudanças são em alguns casos surpreendentes, importa relevar o contexto em que estão a ocorrer: crescente precarização profissional no campo jornalístico, submissão a lógicas comerciais, às tensões entre a necessidade de informar

⁴ Estudo de José Rebelo (2008), destinado a medir o perfil sociológico dos jornalistas (2005-2008), baseado em entrevistas e dados do Sindicato dos Jornalistas.; o nosso trabalho, relativo aos principais diários portugueses, em 2005 (Pinto-Coelho e Mota Ribeiro, 2009).

e de entreter, fruto da crescente concentração da propriedade deste tipo de “indústrias culturais”. Para vários autores, o aumento das mulheres nas redacções pode ser explicado precisamente por causa disso: porque agora o jornalismo é menos “sério” (e.g. Thornham, 2007). Será que sim?.

O que agora importa realçar são as implicações destas mudanças para o modo como os jornais e os média fazem a cobertura do género e das relações de género. Será que pode haver mudança e simultaneamente continuidades? Será que isto significa que tudo permanece igual?

3. Exemplos de estudos sobre género nos média nacionais

Nos estudos que tenho realizado, centrada nos discursos e nas imagens visuais nos jornais e na publicidade tenho verificado, de facto, sinais de mudança, mas também de continuidade dos padrões tradicionais, de que resultam retratos contraditórios, pelo menos à primeira vista.

3.1 O caso do VIH/SIDA

Estão lembrados, por exemplo, das recentes campanhas institucionais de prevenção do VIH promovidas por entidades oficiais. Em várias delas a opção foi centrar a atenção nas mulheres, no seu dever de se constituírem como agentes activos de prevenção, aquelas que no casal heterossexual se lembram do preservativo. A “mulher sexualmente assertiva” foi a solução encontrada para promover a identificação das visionadoras.

Este tipo de representação, apesar de aparentemente progressista, continua a situar-se de facto no quadro da lógica masculina sexual dominante. E porquê? Porque o *script* sexual escolhido continua a ser o tradicional, onde o coito constitui “o prato principal”. Ora para ser verdadeiramente nova a mudança teria de ser colocada em *scripts* sexuais tipicamente femininos, onde se sabe que o coito não assume a mesma importância. Como alguém disse, esta poderia ser uma oportunidade para reinventar as práticas sexuais. Mas não tem sido. Pelo contrário: tem-se colocado a mulher heterossexual num dilema: se é sexualmente assertiva, pode ser julgada como desviante no quadro da heterossexualidade dominante e punida por isso; se continua a obedecer à passividade inscrita no *script* tradicional, corre o risco “da coisa correr mal”. Em termos

políticos, da responsabilidade, reproduzem-se os traços do passado: a mulher como a “prestadora de cuidados”, agora em mais esta área.

Será esta a mudança que queremos? Não seria mais equilibrado tentar mudar precisamente o desequilíbrio das relações de género? É que o problema, e em consequência, a solução, não está nem só nas mulheres, nem só nos homens. Está precisamente na desigualdade que caracteriza a relação heterossexual. Importaria assim centrar as atenções preventivas precisamente nessas relações (*e.g* Roth & Hogan, 1998).

Mas este é o caso de campanhas públicas nos média, onde estes servem sobretudo como meios de divulgação, não obstante o facto de ainda assim terem o poder de controlar alguma coisa do processo. Mais interessante para este debate é o caso da cobertura jornalística do VIH/SIDA.

3.2 VIH no discurso escrito e visual dos diários portugueses⁵

Num estudo que fizemos sobre isto, que abarcou a produção (texto e imagem) dos principais diários (DN; JN e PÚBLICO, ano de 2007 e 1º semestre de 2008, 59 textos publicados sobre o assunto), verificamos o mesmo tipo de problema: a aplicação de velhas grelhas a problemas novos. Daqui resultam representações contraditórias, mas com um fundo ideologicamente coerente: privilegiam-se os homens em detrimento das mulheres. Sem ser exaustiva nem detalhada, vou passar a referir alguns dos traços discursivos que evidenciam essa discriminação, fazendo primeiro um retrato global.

Escrever notícias sobre HIV/SIDA significa ainda reduzir o VIH/SIDA a uma doença de transmissão sexual, interpretá-la no quadro estigmatizante da divisão tradicional entre *nós* e *elas*, os saudáveis e os doentes, colocando o enfoque no tema do contágio sexual. Só que, ao contrário das primeiras décadas, é sobre os heterossexuais que a atenção recai. Estão em jogo dois tipos de vítimas: as vítimas inocentes, e as vítimas culpadas. Uma distinção que tem estruturado o discurso do VIH/SIDA desde o seu início, estando a ideia de culpa associada à do pecado, da infecção sexual e do desvio.

Alguns podem lembrar-se dos casos do cozinheiro e de um cirurgião. Nós comparamos o tratamento dado a estes casos, com outros dois: o de “uma prostituta

⁵ Pinto-Coelho, M. Z (2009): neste estudo fizemos uma análise discursiva e visual detalhada de todos textos referentes ao assunto VIH/SIDA, usando para o efeito os quadros metodológicos fornecidos pela Análise Crítica do Discurso e pela Semiótica Social Visual de Gunther Kress e Theo van Leeuwen.

infectada”, e o de um prostituto, pretendendo saber se mulheres e homens são tratados de formas diferentes.

Os primeiros dois casos foram tratados sob um enquadramento de discriminação social (o cozinheiro foi despedido; o cirurgião não deveria operar) e de esclarecimento acerca dos modos de transmissão; o do prostituto num quadro de interesse humano, e o da prostituta no quadro de um conflito deontológico entre o aparelho judicial e ordem dos médicos mas também no de crime.

Apesar das notícias anunciarem que a prostituta ia ser julgada, e de colocarem a ênfase no conflito entre o MP e a médica da pessoa em causa, na verdade a forma como isso foi feito implicava já atribuição de culpa. Os diários analisados partiram do pressuposto de que há uma relação directa e causal entre a presença do vírus e a contaminação sexual. De forma implícita diz-se que um acto sexual se torna inseguro simplesmente por causa do estatuto de seropositividade de VIH de um dos parceiros, e não, como deveria ser, em função da prática sexual poder ser transmissora ou não. Este é já um erro histórico, o de tratar os chamados grupos de risco como sendo um risco para os outros, independentemente das suas prática sexuais, de poder haver consentimento ao acto, e do acto resultar em transmissão. O que acontece é que a prostituta é duplamente culpabilizada: por ter a doença e por a transmitir aos homens.

Tratamento diferente merecem os clientes, colocados no papel de vítimas, e excluídos como alvo das exigências de controlo e da necessidade de mudança. Simultaneamente, exclui-se também a diversidade interna ao grupo das trabalhadoras de sexo (a pessoa em causa é feita representar todas do seu grupo), afasta-se a atenção da fronteira fluida entre “mulheres normais” e prostitutas, assim como se exclui a realidade que mostra a prática de sexo seguro entre as trabalhadoras de sexo e todos os problemas de saúde destas mulheres. Importa referir que os jornais envolvem no caso um “companheiro” que a denunciou, descrito como toxicod dependente, mas estranhamente nenhum dos diários levanta a hipótese do companheiro poder ter sido o vector da doença.

Temos também o caso do Telmo, prostituto na estação de S. Bento do Porto, tratado num enquadramento de interesse humano. Inspira compaixão, e não condenação, um efeito que é assegurado pela atribuição do papel de vítima ao actor da história (vítima da droga, vítima dos pais, vítima do impulso sexual masculino e vítima dos idosos, seus clientes) e pela secundarização do facto do Telmo viver com o VIH (pormenor que aparece no meio da reportagem, “en passant”).

Nestes dois casos, os jornais reproduzem o discurso clássico que acompanha as representações das doenças sexuais, nomeadamente da sífilis, onde a mulher fora da respeitabilidade heterossexual normativa era representada como fonte de poluição, e o homem heterossexual marginal associado a imagens de melancolia, de depressão e de sofrimento (Gillman, 1987). As notícias sobre idosos com VIH, outro dos grupos-alvo de cobertura, ainda que em menor grau, inscrevem-se neste mesmo tipo de discurso.

Outra representação clássica no discurso do VIH/SIDA que encontramos nesta cobertura: é o da mãe solteira inocente, boa mãe e vítima passiva inocente do impulso sexual masculino. É também uma história de interesse humano, de drama, e mais uma vez, o *nice guy*, o homem heterossexual *straight*, permanece em segundo plano. É certo que no final do texto o leitor fica a saber

“Que (a cristiana) já perdeu quem lhe ocultou e transmitiu o vírus que lhe virou o mundo de pernas para o ar. “Vivo para a minha filha. O futuro dela é a minha grande preocupação”. Tenho muito medo de lhe faltar, de ser internada e não ter com quem a deixar, conta esta mãe solteira, que nunca contou com o apoio do pai para criar a filha de oito anos”.

Mas seria muito diferente a história se em vez de se intitular “tudo mudou desde o dia em que soube que tinha sida” tivesse o título “Tudo mudou desde o dia em que o pai da minha filha me infectou com sida”.

Haveria outros exemplos interessantes para apontar: os que mostram que nem todas as mulheres com VIH são tratadas da mesma maneira, o caso, por exemplo, das que juntam à gravidez uma nacionalidade estrangeira.

Mas para acabar gostaria de referir outro exemplo, o da prevenção, da gravidez indesejada, especialmente entre os jovens, relacionada com o uso do preservativo, e a DST em geral. Em todos estes tópicos, apesar de se poder usar a retórica do tipo “médicos querem que portugueses usem mais preservativos”, *Público*, 3 de Setembro de 2007, ou “Seis mil jovens por dia contraem por dia o vírus da sida. Estudos internacionais mostram que jovens com menos de 24 anos não usam preservativo. Portugal tem o segundo lugar dos países europeus com a maior taxa de gravidez na adolescência”, *JN*, 31 de Dezembro de 2007, na verdade o apelo tem apenas um grupo-alvo: as portuguesas e as jovens raparigas, como se elas engravidassem sozinhas ou fossem elas a usar o preservativo, quando o que está em causa é, por omissão, o

preservativo masculino. Portanto, quando o assunto é a prevenção, e estão em causa práticas reprodutivas, o enfoque é colocado nas mulheres, na sua vontade, ou falta dela, reproduzindo assim a imprensa, mais uma vez, o discurso da saúde pública sobre o assunto. Voltamos portanto ao destaque da mulher como “prestadora de cuidados”, ao dilema de imperativos morais que daí resulta para as mulheres, e à posição de risco em que elas são colocadas.

3.3 Cobertura jornalística das mulheres em 2005 nos diários portugueses

Outra análise que fizemos (Pinto-Coelho; Mota Ribeiro, 2009), e que mostrou, entre outras coisas o seguinte: se por um lado as mulheres são mais faladas em áreas tradicionalmente masculinas, como por exemplo na política, e mostradas como agentes de poder e decisão nesse domínio, por outro lado, o foco principal das notícias continuam a ser os homens e as suas actividades. Além disso, nas imagens que acompanham as notícias sobre mulheres, a opção parece continuar a ser a de enfatizar a inactividade das mulheres e a sua alegada essência natural, e assim a sua função de ornamento. Estamos portanto perante um tipo de discurso que verbalmente foca a acção das mulheres, nomeadamente na área política, e visualmente as continua a tratar como ornamento.

Este é outro aspecto que seria bom debater: o cuidado ou a falta de cuidado com que se trata a imagem que acompanha as notícias jornalísticas, e a necessidade urgente de formação nessa área que pode estar em causa. Se por um lado é verdade que os jornais estão a ficar cada vez mais visuais, apostando mais no *design*, por outro lado, a formação na área da imagem parece não acompanhar essa tendência. E não estamos só a falar em aprender a fazer fotografia, mas antes em aprender a lê-las para as poder escolher com consciência.

Estas investigações mostram um terreno que se revela profundamente contraditório e crivado de tensões, à semelhança do que significa hoje viver e agir como mulher no contexto da sociedade portuguesa e de outras sociedades industrializadas. Se para algumas mulheres este tipo de contradições pode criar e tem criado a distância e o espaço necessário para experimentar diferentes feminilidades, para outras, não privilegiadas, pode representar uma posição impossível, e ter portanto efeitos devastadores.

4. Nós e os média

Será legítimo concluir que os média não poderão dar outro retrato, uma vez que os média, como espelhos da sociedade que são, e devem ser, apenas reflectem as contradições actuais e portanto nada há a fazer?

Os média não são um espelho da sociedade, os média exercem poder próprio, sendo por isso responsáveis pelo tipo de informação que produzem e excluem. Informar significa precisamente dar forma, um processo que implica escolha, selecção e reconstrução ou atribuição de significados à matéria de que são compostas as notícias. Impor ordem e interpretação a esse material. Assim, os factos não têm intrinsecamente “valor notícia”, mas adquirem-no. Por isso, como defende Stuart Hall (1996), importa muitíssimo *“o quê e quem é representado, o quê e quem é regularmente excluído, e o modo como as coisas, pessoas, eventos e relações são representados. O que conhecemos acerca da sociedade depende muito destas representações e este conhecimento por sua vez informa o que nós fazemos, as nossas actividades, e que políticas estamos preparados para aceitar”*.

Como se mostra na literatura sobre a produção jornalística, neste processo de reconstrução dos factos, entram as normas e rotinas jornalísticas, aquilo a que alguns chamam de “cultura profissional” (Gallego, 2004) ou “ideologia jornalística” (Gans, 1979), mecanismos organizacionais e comerciais. Entram também ideologias outras que não as profissionais, ligadas ao contextos sociais e culturais e às preferências individuais de cada jornalista. A complexidade envolvida nos processos de produção jornalística não se coaduna com a ideia simplificada de que o aumento do número de mulheres na redacção significará *per se* uma mudança no tratamento dado às questões de género. Ao argumento que apresentamos no início da conversa, a ideia que o género não influencia directamente o discurso, acrescentamos os seguintes:

- A cultura jornalística ainda não integrou o género como “valor notícia”. Pelo contrário, fazê-lo seria visto como incompatível com os princípios de objectividade e de imparcialidade que definem o funcionamento das práticas noticiosas.
- Como mostram os poucos estudos existentes sobre o assunto, relativos por exemplo à realidade espanhola (e.g. Gallego, 2004), o trabalho de uma

jornalista neste tipo de contexto não parece ser diferente dos seus colegas. Mesmo que pensássemos que por serem mulheres partilham uma visão do mundo distinta da dos homens, ideia que eu contesto, e já expliquei antes porquê, a sua socialização na ideologia jornalística, a necessidade de ser aceite e de se adaptar, e a posição subordinada que ocupam enquanto grupo na hierarquia organizacional, fazem com que elas vivam as contradições de forma mais intensa. Para serem consideradas boas profissionais terão que ser necessariamente neutrais também em matéria de género, pondo em suspensão ou entre parêntesis a diferença e as desigualdades de poder. Só que fazê-lo significa endossar a epistemologia objectivista que enforma o jornalismo, e assim os ideais de neutralidade e objectividade que se dizem caracterizar o espaço público, historicamente definido como um domínio do masculino, em oposição à esfera privada femininizada.

Este problema leva-nos à questão da formação dos jornalistas, designadamente na universidade.

4.1 A importância de uma perspectiva de género na formação jornalística universitária

A minha experiência de ensino em Ciências da Comunicação mostra que há um maior número de alunos futuros jornalistas mais interessados e sensibilizados para a questão da desigualdade de género. No entanto, para a maioria destes estudantes este é um assunto que incomoda de uma forma ou de outra, que não sabem manejar, pois não se coaduna com a imagem do profissional jornalista competente que estão a aprender e que tanto querem reproduzir. Portanto, também aqui, na formação universitária e profissional, seria útil e necessário redobrar esforços no sentido de cultivar e de integrar matérias que despertem a consciência política e cívica destes futuros jornalistas, não só em termos de género, mas também relativamente a outros tipos de desigualdade e de injustiça sociais. Mas, pelo que vemos, não parece ser esse o destino escolhido para estas formações, reduzidas agora a três anos e centradas cada vez mais na profissionalização, e menos na reflexão e no questionamento. Sendo o género o que se

faz, e não o que se é, então pode-se “fazer” género tendo em vista um equilíbrio de poderes. Mas para isso seria necessário mudar a formação universitária.

4.2 A importância das reflexões feitas em conjunto

Também seria importante fomentar o debate, fazendo exercícios reflexivos com Universidades e seus centros de investigações, organizações governamentais e não governamentais, activistas e não activistas, organizações jornalísticas e profissionais de informação, e com os cidadãos em geral, como é o caso desta mesa que a Colabora reuniu. Julgo que será neste quadro, o das práticas colectivas, e não apenas o das acções individuais, que poderemos encontrar novas respostas para velhos problemas. E deixar de usar velhas respostas face a realidades que são novas.

Dizer, como afirmei, que a cobertura noticiosa sobre as mulheres ainda é dominada por discursos conservadores de género, apesar do seu progressivismo aparente, pelo menos em certas áreas, e que é necessário a introdução de uma perspectiva crítica de género no *modus operandis* jornalístico, não deve ser entendido como defesa de um jornalismo de militante, a favor das mulheres. Esta é aliás uma acusação comum que se faz ao feminismo. Sem querer excluir a responsabilidade das feministas no assunto, esta acusação resulta essencialmente da incompreensão e da ignorância do que está verdadeiramente em causa. E o que está em causa é o tipo de jornalismo que nós queremos ter e de que precisamos nas sociedades actuais.

Julgo que esse jornalismo requer uma ética de justiça social, expressa num sentido profissional de responsabilidade pelo diálogo público, pela inclusão da sociedade como um todo, e pela preocupação de dar aos leitores instrumentos que alarguem horizontes e aumentem a liberdade de escolha. Nesse sentido, trata-se de um jornalismo militante. Se a desigualdade de género ainda continua a marcar os acontecimentos, a realidade e a experiência de toda a sociedade, e não apenas de uma parte dela, trata-se assim de lhe dar significância informativa, de a colocar na agenda pública, de forma a promover o debate e uma consciência crítica de género. Não apenas nos dias internacionais da mulher ou em iniciativas do tipo, mas nas rotinas diárias da produção jornalística. Assumir este facto, como diz Juana Gallego (2004) não “pode redundar noutra coisa que não num maior rigor e profundidade na interpretação informativa da realidade”.

Referências bibliográficas

- GALLAGHER, M. (2006) *Who makes the news? Global media monitoring project 2005*. www.whomakesthenews.org.
- GALLEGO, J. (2004) “Produção Informativa e Transmissão de Estereótipos de Género”. IN SILVEIRINHA, M. J. (Ed.) *As Mulheres e os Media*. Lisboa, Livros Horizonte.
- GANS, J. H. (1979) *Deciding What’s News*, New York, Vintage Books.
- GRANT, J. (1993) *Fundamental Feminism: Contesting the Core Concepts of Feminist Theory*, New York, Routledge.
- GILL, R. (2003) “Participation and Access of Women to the Media, and Information and Communication Technologies and Their Impact on and Use as an Instrument for the Advancement and Empowerment of Women”. United Nations, <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw47/Panel-Gill.PDF>.
- GILMAN, S. (1987) “AIDS and Syphilis: the iconography of Disease”, *AIDS: Cultural Analysis/Cultural Activism*, 43: 87-107.
- HALL, Stuart (1997) (org.) *Representation: cultural representation and signifying practices*, Londres/Milton Keynes: Sage Books/Open Univ.
- LAZAR, M. (2005) (Ed.) *Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, Ideology and Power*. New York, Palgrave Macmillan.
- MARSHMENT, M. (1993) “The Picture is Political: Representation of Women in Contemporary Popular Culture”. IN RICHARDSON, D. & ROBINSON, V. (Eds.) *Introducing Women’s Studies*. London, Macmillan Press.
- PETERS, B. (2001) *Equality and quality: setting standards for women in journalism*. *IFJ survey on the status of women journalists*, www.ifj.org.
- Pinto-Coelho, M. Zara (2009) “Contradictions in the (still) gendered structure of Portuguese newspapers production and discourse”, *International Journal of Iberian Studies*, 22:2, 125-143.
- Pinto-Coelho, M. Z. (2009) “A política de género na representação visual do VIH/SIDA: o caso dos jornais portugueses”, *Média & Jornalismo*, nº 15, vol. 8, nº2, 103-125.
- REBELO, J. E. (2008) *Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 12, Primavera.
- ROTH, N. & HOGAN, K. (1998) *Gendered Epidemic: Representations of Women in the Age of AIDS*, New York: Routledge.
- SILVEIRINHA, M. J. (2004a) *As Mulheres e os Media*, Lisboa, Livros Horizonte.

- SILVEIRINHA, M. J. (2004b) Representadas e Representantes: as Mulheres e os Media. *Media e Jornalismo*, 5, 9-30.
- SUBTIL, F. (1995) “As Mulheres Jornalistas”. BOCC, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf>.
- THORNHAM, S. (2007) *Women, Feminism and Media*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- VAN DIJK, T. (2008) *Discourse and Context. A sociocognitive approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VAN ZONEN, L. (1994) *Feminist Media Studies*, Newbury Park, CA, Sage.